

GRAMATICALIZAÇÃO – UMA ENTREVISTA COM LORENZO T. VITRAL

Lorenzo Teixeira Vitral

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ReVEL – Em um de seus projetos recentes, o senhor investiga os fundamentos da Gramaticalização. O que o senhor poderia nos dizer sobre essa área de estudo dentro dos estudos da linguagem?

Lorenzo Vitral – Ressente-se muitas vezes, ao lidar com fenômenos de gramaticalização, a falta de uma fundamentação que torne de fato a gramaticalização uma teoria de pleno direito. Muitos críticos estão de acordo em dizer que gramaticalização é um *epifenômeno* (cf. o número especial da revista *Language Sciences*, organizado por Campbell (2001)). Nesta visão, no melhor dos mundos, a noção de gramaticalização teria apenas valor heurístico, ou seja, permitiria tão somente ‘captar’ fenômenos que seriam “fatorados” e encontrariam análise e explicação no interior de quadros teóricos estabelecidos (por exemplo, o trabalho de Roberts e Rousseau (2003), que analisa os processos de gramaticalização de verbos em auxiliares, na ótica gerativista, como uma recategorização de itens que passam a ocupar ou sofrer deslocamentos de posições verbais para posições de flexão ou de tempo).

Por outro lado, a imensa produção recente de artigos e livros na perspectiva da gramaticalização, com o aumento de línguas analisadas, atesta o vigor da área e também o desejo de constituir a gramaticalização uma teoria autônoma. Nesta

direção, leve-se também em conta o fato de a nossa noção levantar, como mostro a seguir, certo número de questões bastante estimulantes e desafiadoras.

A busca de fundamentação para a noção de gramaticalização dispõe, no meu modo de ver, de algumas frentes de trabalho, com os seguintes temas: (1) comprovar a natureza discreta dos fenômenos de gramaticalização como processos independentes de inovação e mudança linguísticas, ou seja, trata-se de garantir que o conjunto de propriedades apresentado por um processo de gramaticalização é o mesmo que ocorre em todos os processos desse tipo; (2) estabelecer como objeto de estudo da gramaticalização a *inovação linguística* (que, como explico na resposta à pergunta seguinte, deve ser distinguida de mudança linguística). Nessa perspectiva, nossa atenção se desloca para a emergência do novo nas línguas, ou seja, pretende-se que a inovação deve ser o foco da teoria da gramaticalização, recusando-se, portanto, a concebê-la como um *acaso*, improvável de ser regulada por leis ou além do alcance da ciência objetivista. Deve-se tomar assim, como objeto empírico, os processos de formação dos arranjos sintáticos a partir das inovações por que passam os itens que os compõem. Importa ainda, a fim de explicitar esse tema (2), dizer que, ao privilegiar os produtos engendrados pelo nosso sistema computacional interno, não se pretende reviver a concepção estruturalista da língua como um conjunto de enunciados que convém descrever ou retratar. Como bem mostrou a Teoria Gerativa, tendo em vista as operações mentais internas que, recursivamente, geram enunciados infinitos, delimitar nossa tarefa à maneira do estruturalismo é, como mostrou a história da nossa disciplina, uma visão superada. O que nos distinguiria assim da perspectiva estruturalista, ou que compartilha a concepção de uma língua como um inventário de itens, é exatamente o foco na inovação, ou seja, a descrição dos produtos engendrados pelo sistema computacional é tão somente a via de acesso aos princípios que governam o mecanismo da inovação linguística. Assim, descobrir e descrever os princípios internos bem como o mecanismo psicossocial subjacentes à inovação linguística é uma parte considerável da fundamentação da almejada teoria da gramaticalização (apontei uma direção de reflexão sobre esse tema em Vitral (2012)). Nessa visão dos fatos, talvez tenhamos como falar, num futuro próximo, de *re-apropriação do objeto da teoria linguística*, que se tornou, no gerativismo contemporâneo, com a formulação da *biolinguística* – que desloca o *locus* dos princípios que compõem a faculdade de linguagem humana, ou seja, esses princípios

não são mais vistos como específicos da faculdade da linguagem e sim como de natureza cognitiva mais ampla (cf. Hauser, Chomsky e Fitch (2002); Di Sciullo & Boeckx(2011), Pinker e Jackendoff (2005)), uma disciplina auxiliar do cognitivismo que se sustenta, em última instância, no estado de fatos descritos pela biologia ou, mais especificamente, pela biologia molecular contemporânea;(3) a busca de princípios subjacentes aos processos de gramaticalização também se justifica tendo em vista que é possível depreender desses processos características universais não só do *ponto de vista da forma* como também do *ponto de vista substantivo*. Um bom exemplo desta última afirmação é a criação de itens que indicam “existência” a partir do verbo lexical que significa “posse”, isto é, *ter*. Em várias línguas, dentre elas, o nosso PB, o hebraico contemporâneo, o turco, o hindi, o francês, o húngaro, etc (cf. Rubin (2004); Clark (1978)), as formas para os dois conteúdos são as mesmas. Trata-se de pensar assim a relação entre as *fontes* e os *alvos* dos processos de gramaticalização. As questões seguintes, de natureza *programática*, podem assim ser formuladas (cf. Heine et alii (1991)):

(1)

- a. Que acepções e/ou categorias são fontes de que alvos?
- b. Dada uma categoria ou acepção, é possível definir de forma inequívoca sua fonte?
- c. Em que medida a relação entre fontes e alvos da gramaticalização é determinada universalmente?
- d. É possível definir que fatores determinam a escolha de determinada fonte para determinado alvo?

Apesar do considerável avanço na descrição de fenômenos de gramaticalização realizada nas duas últimas décadas, ainda estamos longe de poder responder de forma satisfatória as questões em (1). Dentre as dificuldades, pode-se citar o fato de já se saber que determinada fonte pode dar origem a mais de uma acepção ou categoria e vice-versa, isto é, uma determinada acepção ou categoria pode se originar de mais de uma fonte.

O desenvolvimento dos três temas acima, que, como se vê, são bastante amplos, é enfim essencial na busca de fundamentação da gramaticalização como uma teoria linguística autônoma.

ReVEL – Como a área da Gramaticalização se relaciona com outras áreas da Linguística, tais como a Linguística Histórica e os estudos variacionistas?

Lorenzo Vitral – Os fenômenos analisados pela noção de gramaticalização são captados quando se comparam estágios diacrônicos de uma língua ou os estágios, no tocante a cada processo de gramaticalização, em que se encontram línguas distintas. Essa afirmação, por si só, já nos faz pensar no cotejo da gramaticalização com a teoria da variação e mudança bem como com a área da linguística histórica. É preciso ter claro desde o início que nem todo fenômeno de mudança, como, por exemplo, as mudanças sonoras que envolvem sons vozeados e não vozeados, se deve à um processo de gramaticalização. Nossa noção se ocupa assim de tipos especiais de fenômenos diacrônicos que devem, por outro lado, ser distinguidos, pelo menos num primeiro momento, dos fenômenos de mudança que são objeto da teoria laboviana. Quando se observam os dois primeiros estágios de um processo de gramaticalização, isto é, quando o item pertencente a uma das categorias lexicais passa a ser empregado também como um item de uma das categorias funcionais ou gramaticais, vê-se que não há de se falar propriamente em mudança linguística já que o item fonte subsiste na língua: as formas fonte e alvo do processo não dispõem, para usar a fórmula conhecida, do mesmo valor de verdade. Por esta razão, tenho optado por me referir aos processos de gramaticalização como fenômenos de *inovação linguística*. É verdade, por outro lado, que, se o processo adentra sua fase formal, ou seja, se o item passa a se reduzir foneticamente, trilhando sua rota de conversão em afixo, pode ocorrer concorrência de formas no sentido da teoria da variação e mudança. Foi o caso, por exemplo, das formas *você* e *cê*, analisadas por Vitral (1996), que se tornaram concorrentes.

Os processos de gramaticalização e de variação e mudança podem ainda interagir quando se observa a obediência ou não da trajetória prototípica de um processo de gramaticalização. Nesta trajetória, prevê-se, quando se cotejam estágios diacrônicos de uma língua e levando-se em conta o universo de ocorrências do item em análise, que a frequência de ocorrência global desse item aumente, bem como diminua sua

frequência na função de item de uma das categorias lexicais e aumente sua frequência na função de item de uma das categorias gramaticais (cf. Vitral (2006)). Ora, a evolução do processo pode não seguir o previsto devido ao fato de o item poder entrar em concorrência, em algum estágio, ocorrendo assim a interação entre os dois processos, com um item pré-existente pertencente à mesma categoria alvo. Pode ocorrer, por exemplo, o decréscimo e não o aumento do uso gramatical do item (cf. Vitral et alii (2010), sobre os processos de gramaticalização de *ter* e *haver* em português).

É preciso mencionar ainda que a alegada unidirecionalidade dos processos de gramaticalização tem feito ressurgir a discussão acerca da razão do sentido, o que pressupõe finalidade, da inovação e da mudança, que vigorou, como é sabido, no tempo da linguística histórico-comparativa. Também sabemos que hipóteses teleológicas não são bem-vindas: a ciência contemporânea se contenta com o acaso lá onde ela vê limites na sua maneira de lidar com o que considera real (Monod (1970)). A unidirecionalidade torna-se uma questão de fato se se comprovar o caráter discreto dos fenômenos de gramaticalização com as propriedades que lhes atribui a literatura, como propomos no tema (1) acima da resposta à primeira pergunta. Trata-se de um problema empírico, mas, apesar das opiniões contrárias, avalio que há fortes evidências para se manter a unidirecionalidade, ainda que uma mesma forma fonte possa dar origem a mais um de um percurso de gramaticalização, se levarmos em conta que muitos dos alegados contra-exemplos da unidirecionalidade, que são em número muito reduzidos, não resistem à uma análise isenta que identificam, nesses supostos contra-exemplos, fenômenos de natureza diferente (cf. Martelotta (2010)). Se assim for, podemos aceitar a unidirecionalidade, sem a especulação de que a evolução linguística dispõe de um projeto pré-determinado, desenvolvendo a proposta, que tem se mostrado empiricamente estimulante, de que os ciclos de inovação e mudança linguística evoluem e podem se extinguir, tendo a ocorrência de um morfema zero como o ocaso de um processo, para dar lugar a novos ciclos e assim sucessivamente.

Em relação às questões da área de linguística histórica, quero destacar por fim o debate acerca da natureza abrupta ou gradual da mudança linguística. Lê-se com frequência que no caso da gramaticalização ter-se-iam processos graduais de

mudança. Creio que as duas propriedades caracterizam a gramaticalização, mas as interpreto da seguinte maneira: uma vez constatado o uso inovador de um item, com nova função gramatical, já se pode afirmar que ocorreu a gramaticalização desse item, o que se observa após isso, e é chamado de gradualidade, é, na realidade, a expansão, ou espraiamento, do novo uso do item no sistema da língua. Assim, um falante de um dado “état de langue” dispõe, no seu léxico mental, da forma categorizada de duas maneiras diferentes. Não há, portanto, do ponto de vista do falante que produz o enunciado, indefinição ou gradualidade no que se refere à categorização do item. Em outras palavras, podemos falar enfim de polissemia do item quando nosso olhar é a sua trajetória no tempo, mas devemos empregar homonímia quando se tratar de retratar as duas formas disponíveis, numa dada comunidade de fala, numa sincronia determinada.

ReVEL – Como estão os estudos de gramaticalização sobre o português brasileiro (PB)? Quais são, no momento, os grandes pontos de investigação no que diz respeito a processos de gramaticalização em PB?

Lorenzo Vitral – Os temas abordados, desde o início da retomada dos estudos da gramaticalização no Brasil em meados dos anos 90 do século passado, continuam sendo descritos e analisados a partir de suas consequências teóricas. É preciso ter em mente, por outro lado, que o que se chama de gramaticalização comporta, na realidade, três tipos de fenômenos: 1) os processos de gramaticalização, propriamente ditos; 2) os processos de lexicalização e 3) os processos de discursivização. Deixo para outra ocasião a tarefa de diferenciá-los. Vou simplesmente listar alguns dos fenômenos mais estudados pela linguística brasileira sem me preocupar em classificá-los em relação aos tipos supramencionados. Podemos destacar assim a redução dos pronomes, como os casos de *você* e *a gente*; as formas de tratamento como *o senhor*; os processos de formação de orações ou integração de cláusulas; o percurso de formação de conjunções antigas, como *logo*, e inovadoras, como *tipo assim*; o papel dos marcadores discursivos na organização textual; as formas reduzidas da negação; os processos de auxiliarização já estabelecidos, como o do verbo *ir* e inovadores, como o caso de *danar a*; a gramaticalização das preposições e muitos outros fenômenos.

ReVEL – Há muitos estudos sobre o português falado em Minas Gerais – que parece ter características bastantes peculiares. O que o senhor poderia dizer sobre o chamado “mineirês”?

Lorenzo Vitral – Todo dialeto dispõe de suas particularidades. Talvez o dialeto mineiro chame mais atenção quando se fala em gramaticalização devido ao fato de haver uma certa propensão à redução fonética no nosso dialeto. É bem verdade, por outro lado, que nem toda redução fonética que ocorre no nosso dialeto pode ser debitado à gramaticalização. Mas alguns fenômenos têm sido tratados por nós nessa perspectiva. Cito os casos de (1) *Vossa mercê*>*você*>*cê*; (2) *eles*>*ez*; (3) *Senhor*>*seu*>*sô*; (4) *Senhora*>*sinhá*>*sá*; (5) *não*>*num*>*nu*>*n'*; (6) *Nossa senhora*>*nossa*>*nó*>*nu*, etc. Como se vê, alguns desses fenômenos não são exclusivos do dialeto mineiro, como, por exemplo, o caso de *Vossa mercê*>*você*>*cê*. A pergunta a ser feita é porque fenômenos de gramaticalização são, se não mais frequentes, pelo menos mais visíveis no nosso dialeto. A esse respeito, podemos propor apenas uma especulação que tem a ver com a história do nosso estado: com o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais, a região culturalmente e economicamente mais rica da colônia na segunda metade do séc. XVIII passou por graves dificuldades de toda natureza, o que, aliado à sua topografia montanhosa, contribuiu para se estabelecer certo isolamento da região no decurso do séc. XIX, período em que se constituiu o dialeto mineiro na região central da capitania. Atentos agora ao fato de que a inovação e mudança linguísticas podem ser promovidas por fatores internos e externos, pode-se especular que o isolamento natural do estado, o que incluiu o isolamento também linguístico, pode ter favorecido, ou deixado atuar “mais livremente”, tendências internas de inovação e mudança no sentido previsto pela gramaticalização. Essa suposição deverá ser investigada com muito cuidado e não podemos também descartar, para justificar as características do dialeto mineiro, fatores externos como o fato de boa parte dos portugueses vindos para nossa região ser falantes do dialeto do norte de Portugal ou a contribuição das línguas africanas.

ReVEL – O senhor poderia sugerir referências de leituras na área da Gramaticalização, para que nossos leitores possam se iniciar ou mesmo se aprofundar no assunto?

Lorenzo Vitral – Como disse, são em grande número os trabalhos mais recentes sobre gramaticalização; precisaríamos de uma longa lista para citá-los de maneira satisfatória.

Para o leitor iniciante, pensando na literatura em inglês, os textos seguintes podem ser considerados “clássicos”: Lehmann C. (1995), *Thought on Grammaticalization*. Munich: Lincom Europa (originalmente publicado como *Thought on Grammaticalization: a Programatic Sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projets, v.1 [1982]; Heine, B, Claudi, U. e Hünnemeyer, F (1991), *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University Chicago Press; Hopper, P. e Traugott, E. (1993), *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press; Traugott, E e Heine, B.(1991) (orgs.), *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, em dois volumes.

Dos textos escritos por linguistas nacionais, podemos destacar: Castilho (1997), A Gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*. UFBA 19,25-63 Martelotta, M.,Votre,S. e Cezario, M.M.(1996), *Gramaticalização no Português do Brasil: um abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Vitral,L. (1996), A Forma cê e a noção de Gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem* 4,1,116-124; Ramos, J.(1997), A Forma VOCÊ, OCÊ e CÊ no dialeto mineiro. In: da Hora, D (org.), *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia Editora, 43-60; Menon, O.(1996), A Gente: um processo de gramaticalização.*Estudos Linguísticos XXV*,662-28; Naro, A e Braga, M.L.(2000); A Interface Sociolinguística/Gramaticalização. *Gragoatá* 9, 125-134; Gorski, E., Gibbon, A., Valle, C., Rost, C., Mago, C., Freitag, R. M. Ko (2002), Gramaticalização/discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. *Estudos Linguísticos* 31:cd-rom; Gonçalves, S. C. L., Lima-Hernandes, M.C. e Casseb-Galvão, V. C. (2007), *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola; Vitral, L. e Ramos, J. (2006), *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/FALE-UFMG.